



INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: Caminhos para um Ensino Acolhedor

Ednalva G. SANTOS¹; Reginaldo A. SILVA²

RESUMO

A inclusão escolar no Brasil ganhou força com a Constituição de 1988, que assegurou o direito à educação para todos, seguido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que destacou a importância de um ambiente educacional equitativo. O AEE se tornou essencial nesse contexto, oferecendo suporte personalizado a alunos com necessidades específicas. No entanto, a prática observada em estágios revela uma carência de preparo adequado entre os profissionais e que compromete a verdadeira inclusão. Apesar da formação técnica, muitas vezes falta a esses profissionais habilidades socioemocionais para lidar com as demandas do cotidiano escolar. Este relato de experiência, apresenta uma observação realizada em uma escola pública com alunos do Ensino Fundamental II, e destaca a necessidade emergente de formação continuada e responsável dos professores, de modo a garantir uma educação inclusiva de qualidade. Entende-se que somente com investimentos na formação continuada e uma comunidade escolar consciente é que será possível criar um ambiente onde todos, independentemente de suas diferenças e singularidades, poderão se desenvolver plenamente.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Estágio; Formação Docente; Sala de aula.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a promulgação da Constituição da República Federativa de 1988 marcou um ponto de movimento mais significativo no debate sobre a inclusão escolar. Embora o termo “educação inclusiva” ainda não fosse amplamente utilizado na época, essa nova lei constitucional impulsionou um movimento intenso de estudos e discussões que buscavam assegurar o direito à educação para todos os cidadãos, em consonância com os princípios de igualdade e justiça social estabelecidos pela Constituição (Brasil, 1988). A partir disso, consolidou-se a busca por um modelo educacional inclusivo, comprometido com a oferta de uma educação de qualidade que acolhesse a todos.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, representou outro avanço significativo na inclusão escolar (Aguilar; Duarte, 2005). O Artigo 58 da LDB foi fundamental para ampliar o debate sobre a necessidade de adaptar o sistema educacional, reconhecendo as diferenças individuais como um elemento central na promoção de um ambiente educacional equitativo (Brasil, 1996). Essa lei legislativa não apenas refletiu uma mudança conceitual, mas também iniciou um processo contínuo de reflexão e ação, voltado para dentro da

¹Discente Licenciatura em Ciências Biológicas, IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: ednalva.santos@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

² Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais – Libras, IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes / Campus Machado. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

sala de aula, a valorização e respeito aos alunos atípicos³, assegurando a todos uma igualdade de oportunidades (Silva Neto, *et al.*, 2018).

Em tempos de avanço da educação inclusiva, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento desempenha um papel central na implementação de práticas inclusivas nas escolas. O profissional de AEE – habilitado para atuar nesse contexto – não apenas complementa o currículo regular, mas também oferece suporte especializado e adaptado, conforme as necessidades individuais desse público-alvo (Brasil, 2011). Independentemente das condições dos alunos, o AEE está habilitado para gerir, com base na demanda educacional, aporte pedagógico para promover com mais ênfase um ensino igualitário e que acolha as diferenças (Revelante, 2013). O AEE surge como uma resposta parcial a essa necessidade, desempenhando um papel fundamental na identificação e análise das necessidades dos alunos, bem como na elaboração de recursos pedagógicos e de acessibilidade que promovam a participação plena de todos e uma educação de qualidade e inclusiva (Brasil, 2011; 2015).

2. MATERIAL E MÉTODOS

Essa pesquisa consiste em um relato de experiência que descreve aspectos vivenciados e experienciados no período de estágio em uma escola pública estadual. O relato, como método de pesquisa descritiva, permite uma reflexão crítica sobre as ações realizadas, abordando situações vivenciadas no âmbito educacional que são relevantes para a comunidade científica. O estágio ocorreu com os alunos do 7º e 8º anos do Ensino Fundamental II na Escola Estadual Felipe dos Santos, localizada na cidade de Inconfidentes – MG, durante os meses de abril à julho de 2024. Composta por duas turmas, as aulas ocorriam duas vezes na semana em períodos matutinos. Além da professora regente, que ministra as aulas de Ciências, uma das turmas, as de 8º ano, conta com outra professora que realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE, sendo, esta, responsável por atender cinco alunos com necessidades educacionais específicas.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

A inclusão educacional tem se tornado uma demanda crescente nas instituições de ensino, exigindo a presença de profissionais capacitados para lidar com as especificidades de cada aluno. Durante as vivências, *in locu*, em sala de aula nos estágios, foi identificada uma significativa carência de profissionais, na área da educação, que estejam realmente preparados para atuar e enfrentar os desafios desse contexto no que se refere à Educação Especial Inclusiva. Embora os

³Atualmente, essa expressão é utilizada em referência a alunos que têm necessidades educacionais específicas distintas dos demais, em razão de sua condição física, intelectual, sensorial ou emocional, o torna singular mediante as estratégias e metodologias pedagógicas.

profissionais que atuam no contexto educacional tenham a formação exigida, entretanto, a prática do cotidiano revela uma formação fragilizada e que nem sempre é suficiente para garantir uma atuação compreensiva, respeitosa, inclusiva e eficaz.

Durante o estágio, em diversas ocasiões, foi observado que, ao invés do profissional AEE promover a inclusão (“vestir a camisa” à escolha que fez), alguns adotavam comportamentos que, paradoxalmente, resultam em exclusão. A falta de preparo adequado compromete a capacidade de lidar com situações desafiadoras, levando a atitudes que não condizem com a promoção de um ambiente escolar inclusivo. Esta realidade evidencia a emergente necessidade de investimentos na formação continuada dos professores, principalmente do contexto do AEE, de modo que possam estar mais preparados e subsidiados com técnicas e estratégias pedagógicas, além das habilidades socioemocionais necessárias para enfrentar o cotidiano escolar com profissionalismo e empatia.

4. CONCLUSÃO

Com as vivências no estágio em uma escola pública estadual e da observação das práticas educacionais voltadas à Educação Especial Inclusiva, foi possível constatar a relevância do papel do AEE no desenvolvimento dos alunos com necessidades específicas. A atuação dos profissionais habilitados para atuar no AEE é crucial para garantir que a educação inclusiva seja efetiva, proporcionando aos alunos oportunidades de aprendizagem adequadas e respeitando suas individualidades.

No entanto, a observação das práticas educacionais revela uma necessidade emergente de investimentos contínuos na formação e capacitação desses profissionais. É essencial que esses educadores estejam, não apenas bem preparados tecnicamente, mas também que tenham subsídios para desenvolver habilidades socioemocionais e empáticas, essas, fundamentais para enfrentar os desafios diários em um ambiente escolar diverso e inclusivo. Uma formação consistente e continuada é a força motriz que possibilita a garantia de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Portanto, é necessário conscientizar toda a comunidade escolar sobre a importância da inclusão genuína e não apenas pró forma; ela é crucial para o sucesso de toda a instituição, que por sua vez, refletirá na educação de qualidade e no desenvolvimento do aluno. Somente com o esforço coletivo, que envolva a formação sólida e contínua dos professores, que será possível criar um ambiente menos excludente, onde todos, independentemente de suas especificidades, poderão alcançar seu pleno potencial e serem protagonistas de sua formação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 11, n. 02, p. 223-240, 2005. Disponível em: <https://abrir.site/DZBNE>. Acesso em: 04 set. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3Cid5yz>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- BRASIL. **Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://abrir.link/nO5pD>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3q9xNcB>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3AAUTyJ>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- REVELANTE, P. **Políticas públicas inclusivas**: implicações na formação de professores para o atendimento educacional especializado. 2013. 100p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/503>. Acesso em: 04 set. 2024.
- SILVA NETO, A. O. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, vol. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. <https://doi.org/10.5902/1984686X24091>. Acesso em: 04 set. 2024.